



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO

008. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II – HISTÓRIA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **03**.

Morte de uma baleia

Em minutos espalhara-se a notícia: uma baleia no Leme e outra no Leblon haviam surgido na arrebentação de onde tinham tentado sair sem, no entanto, poder voltar. Eram desconhecidas apesar de apenas filhotes. Todos foram ver. Eu não fui: sobre a mais próxima de mim, corria o boato de que ela agonizava já há oito horas e que até atirar nela haviam atirado mas ela continuava agonizando e sem morrer.

Senti um horror diante do que contavam e que talvez não fossem estritamente os fatos reais, mas a lenda já estava formada em torno do extraordinário que enfim, enfim! acontecia, pois, por pura sede de vida melhor, estamos sempre à espera do extraordinário que talvez nos salve de uma vida contida. Se fosse um homem que estivesse agonizando na praia durante oito horas, nós o santificaríamos, tanto precisamos de crer no que é impossível.

Não. Não fui vê-la: detesto a morte.

(LISPECTOR, Clarice. *Crônicas para jovens*: do Rio de Janeiro e seus personagens. Rio de Janeiro: Rocco jovens leitores, 2011. Excerto adaptado)

01. Conforme a autora,

- (A) a decisão de não ir até onde estaria a baleia se deve primordialmente à sua descrença em boatos disseminados pelo povo.
- (B) o horror que lhe causava a história da morte da baleia tem em sua origem o mistério que rodeia a vida desses animais.
- (C) o episódio da baleia agonizante se agarrando à vida remete à forma como a vida é desprovida de sentido para a humanidade.
- (D) a atenção dada ao acontecido com a baleia se deve à nossa receptividade a eventos que nos tirem da vida comum.
- (E) a reação popular à morte da baleia espelha o desca-so com que agimos em situações parecidas envolvendo pessoas.

02. A palavra em destaque na frase “Eram **desconhecidas** apesar de apenas filhotes.” expressa a ideia de que, para a autora, as baleias se destacavam

- (A) pelas raras aparições.
- (B) pela resistência física.
- (C) pelo tamanho colossal.
- (D) pela extraordinária beleza.
- (E) pelo comportamento violento.

03. Assinale a alternativa em que a reescrita da passagem do primeiro parágrafo está em conformidade com a norma-padrão de emprego da vírgula e de regência nominal.

- (A) Em minutos espalhara-se a notícia que uma baleia no Leme e outra no Leblon haviam, surgido na arrebentação...
- (B) Em minutos espalhara-se a notícia em que uma baleia no Leme e outra no Leblon, haviam surgido na arrebentação...
- (C) Em minutos espalhara-se a notícia com que, uma baleia no Leme e outra no Leblon haviam surgido na arrebentação...
- (D) Em minutos espalhara-se, a notícia por que uma baleia no Leme e outra no Leblon haviam surgido na arrebentação...
- (E) Em minutos, espalhara-se a notícia de que uma baleia no Leme e outra no Leblon haviam surgido na arrebentação...

Leia o texto para responder às questões de números **04 a 10**.

Máscara no chão

A oscilação do arco narrativo russo acerca de sua campanha militar contra a Ucrânia segue fielmente o desempenho de suas tropas, no solo do vizinho desde 24 de fevereiro.

Assim que os primeiros mísseis caíram, Vladimir Putin declarou o objetivo de desmilitarizar o rival, além de evitar sua entrada em estruturas ocidentais como a Otan, a aliança militar liderada pelos EUA, e garantir a autonomia dos separatistas russófonos no leste ucraniano.

Pode-se argumentar que a Ucrânia esteja se militarizando mais rapidamente, apesar de a enxurrada de armas ocidentais parecer distante de deter os russos. O sucesso de Putin é maior, contudo, na inviabilização do Estado ucraniano.

A União Europeia pode até prometer uma vaga a Kiev, mas isso é ilusão: mesmo sem o conflito o país não reunia condições para ser aceito no bloco. Quanto a chegar à Otan, o caminho é ainda mais bloqueado por temores de ampliação da guerra.

Putin optou pelo cinismo. Agiu para derrubar o governo de Volodimir Zelenski numa tacada única, mas, ao fracassar militarmente por soberba tática, negou buscar isso. Descartou querer ganhos territoriais, apesar de ter anexado a Crimeia em 2014 e fomentado a guerra civil no Donbass, que incubou a tragédia ora em curso.

Agora, a máscara caiu. Em duas falas, o chanceler russo entregou o jogo. Segundo Serguei Lavrov, um dos decanos da diplomacia mundial, a Rússia não se contentará com o Donbass. Quer o sul ucraniano, a saber se o território que já ocupa ou toda a costa até o enclave que mantém na Moldova, e tem por meta livrar os ucranianos do “fardo desse regime absolutamente inaceitável”. Ou seja, destruir a soberania do país.

No campo de batalha, ganhos lentos, mas firmes, sugere a consolidação da posição militar russa, mais sóbria agora. Reveses poderão fazer Putin buscar remendar as fantasias rasgadas, o que será inócuo tanto para adversários cétricos como para aliados que já não se importam com o estado delas.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 26 jul. 2022.
Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/07/mascara-no-chao.shtml>>. Adaptado)

04. Conforme aponta o Editorial,

- (A) a Rússia demonstra confiar cada vez menos na possibilidade de sucesso militar na guerra para a qual arrastou a Ucrânia.
- (B) o discurso russo sobre as intenções militares na Ucrânia tem mudado, ajustando-se aos resultados do campo de batalha.
- (C) a defesa dos separatistas do leste ucraniano provou-se até aqui ser o principal objetivo militar russo no país vizinho.
- (D) a decisão do presidente ucraniano de não se abrir ao diálogo confirma-se como o real motivo para o conflito com a Rússia.
- (E) a anuência, ainda que disfarçada, da União Europeia à iniciativa russa enfraquece ainda mais a Ucrânia militarmente.

05. O título “Máscara no chão” antecipa a ideia defendida no Editorial segundo a qual a

- (A) aliança militar liderada pelos Estados Unidos assumiu não ter intenção de admitir a Ucrânia na organização.
- (B) Ucrânia foi tragada para a guerra porque seu atual governo mostrava firme disposição em se perpetuar no poder.
- (C) ação de potências estrangeiras, e não do exército ucraniano, foi responsável por coibir as forças russas na Ucrânia.
- (D) Ucrânia sabia da superioridade militar russa e ainda assim desencadeou uma disputa por territórios do país vizinho.
- (E) Rússia finalmente revela claramente seu objetivo de impedir a Ucrânia de continuar sendo um Estado soberano.

Para responder às questões de números **06 e 07**, considere a passagem do terceiro parágrafo:

- Pode-se argumentar que a Ucrânia esteja se militarizando mais rapidamente, **apesar de** a enxurrada de armas ocidentais parecer distante de deter os russos.

06. A oração iniciada pela expressão em destaque está corretamente reescrita, preservando a relação estabelecida no texto original, em:

- (A) ... **ainda que** a enxurrada de armas ocidentais pareça distante de deter os russos.
- (B) ... **visto que** a enxurrada de armas ocidentais parece distante de deter os russos.
- (C) ... **a fim de que** a enxurrada de armas ocidentais pareça distante de deter os russos.
- (D) ... **contanto que** a enxurrada de armas ocidentais pareça distante de deter os russos.
- (E) ... **de modo que** a enxurrada de armas ocidentais parece distante de deter os russos.

07. No contexto, está empregada em sentido figurado a palavra:

- (A) argumentar.
- (B) militarizando.
- (C) rapidamente.
- (D) enxurrada.
- (E) deter.

08. Assinale a alternativa em que, na redação que completa o enunciado a seguir, o uso do sinal indicativo da crase está em conformidade com a norma-padrão da língua.

A oscilação da narrativa russa sobre a guerra...

- (A) repercute **às** decisões militares equivocadas.
- (B) evidencia **à** falta de estratégia militar do país.
- (C) aumenta **à** revelia dos resultados da campanha.
- (D) tende **à** ampliar-se conforme o conflito se estende.
- (E) se deve **à** mudanças ocorridas no campo de batalha.

09. O termo destacado na oração do quinto parágrafo "... ao fracassar militarmente **por** soberba tática, negou buscar isso." exprime a noção de

- (A) causa do fracasso militar.
- (B) intensidade do fracasso militar.
- (C) oposição à ideia de fracasso militar.
- (D) finalidade que levou ao fracasso militar.
- (E) dúvida de que tenha havido fracasso militar.

10. Assinale a alternativa em que a frase escrita a partir do texto está em conformidade com a norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) Já não acredita-**se** mais no discurso sobre as razões para o conflito militar.
- (B) A OTAN ainda **se** diz comprometida com a adesão da Ucrânia à organização.
- (C) **Se** tornou ainda mais improvável a aceitação da Ucrânia pelo bloco europeu.
- (D) O conflito tem mostrado-**se** muito mais letal do que inicialmente previsto.
- (E) Jamais acreditou-**se** de fato na alegação russa para o início do conflito armado.

11. Assinale a alternativa que apresenta uma asserção coerente com os princípios que embasaram a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, documento resultante da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, em 1990.

- (A) A educação não é condição suficiente para o progresso pessoal e social, mas tem importância fundamental.
- (B) As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos não são diversas, mas similares.
- (C) O conhecimento tradicional e o patrimônio cultural não têm utilidade e valor próprios.
- (D) Saber ler e escrever não é uma capacidade necessária em si mesma, mas apenas o fundamento de outras habilidades.
- (E) A educação básica não deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem.

12. Em capítulo do livro *Paulo Freire: política e pedagogia*, Carlos Alberto Torres discute alguns princípios das proposições pedagógicas freirianas. Segundo o autor, é correto afirmar que, para Freire,

- (A) a educação não é capaz de melhorar a condição humana, pois a dominação, a agressão e a violência são intrínsecas à vida social.
- (B) a educação crítica voltada ao esclarecimento requer sobrevalorizar a ciência e desvalorizar o senso comum.
- (C) a separação entre teoria e prática é fundamental para garantir a diretividade e a não neutralidade da prática educativa.
- (D) os debates sobre educação e democracia devem distanciar-se da noção de utopia, aproximando-se da ideia de realismo.
- (E) política, poder e educação constituem uma unidade indissolúvel, sendo necessário que o educador assuma a política de sua prática.

13. No livro *(In)Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*, Celso dos S. Vasconcellos apresenta subsídios teórico-metodológicos e orientações voltadas à efetivação de uma prática pedagógica que enfrente o desafio da indisciplina. Na perspectiva do autor, a definição da disciplina que se almeja construir na escola deve estar baseada na ideia de

- (A) condicionamento.
- (B) heteronomia.
- (C) autogoverno.
- (D) expiação.
- (E) adequação.

14. Celso dos S. Vasconcellos compreende o planejamento como um método de trabalho do educador. Em seu livro intitulado *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*, o autor defende que o processo de planejamento do Projeto Político-Pedagógico deve contemplar a reflexão em três dimensões:
- (A) espontaneidade inaugural; criatividade orientada; cooperação institucional.
 - (B) análise da realidade; projeção de finalidades; elaboração de formas de mediação.
 - (C) necessidade instrumental; prática empírica; sistematização definitiva.
 - (D) idealismo inicial; formalismo procedimental; normatização técnica.
 - (E) roteiro programático; aplicação prática; avaliação externa.
15. Leia o excerto a seguir.
- “O _____ é um instrumento que estabelece as diretrizes administrativas e as orientações para a vida escolar em conformidade com a legislação nacional vigente. Ele estabelece as normas que deverão ser seguidas, como os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente escolar. [...]”
- O _____ materializa o PPP [Projeto Político-Pedagógico] na forma de registros de procedimentos, funções, atribuições e composição de cada um dos diferentes segmentos e setores da unidade.” (CEDAC. *Projeto Político-Pedagógico: orientações para o gestor escolar entender, criar e revisar o PPP*. São Paulo: Fundação Santillana, 2016).
- Assinale a alternativa que preenche corretamente ambas as lacunas do excerto.
- (A) Regimento Escolar
 - (B) Manual de Professores e Funcionários
 - (C) Marco Referencial da Unidade Escolar
 - (D) Plano de Desenvolvimento Institucional
 - (E) Plano de Ensino
16. Leia o seguinte excerto:
- “[...] normas, valores e crenças não declaradas que são transmitidas aos estudantes através da estrutura subjacente do significado e no conteúdo formal das relações sociais da escola e na vida em sala de aula” (GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais*).
- Conforme a perspectiva do autor, a definição apresentada no excerto corresponde ao denominado currículo
- (A) doutrinário.
 - (B) oculto.
 - (C) ideológico.
 - (D) atitudinal.
 - (E) empírico.
17. Com relação à primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determina que devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver. São eles:
- (A) brincar, falar, locomover-se, alimentar-se, vincular-se, conviver.
 - (B) refletir, selecionar, organizar, mediar, interagir, planejar.
 - (C) conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.
 - (D) brincar, desenhar, ler, escrever, interpretar, comunicar-se.
 - (E) interagir, participar, socializar, julgar, empreender, conhecer-se.
18. A partir da mudança de extensão do Ensino Fundamental no Brasil, passando a compreender um período de nove anos de escolarização, a faixa etária dos seis anos foi incluída nesse nível de ensino. Entre os princípios que regem essa mudança (especificamente dispostos no documento intitulado *Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade*), considera-se que a criança de seis anos de idade que passou a fazer parte do Ensino Fundamental deve
- (A) ser vista como sujeito a quem faltam conteúdos da Educação Infantil, devido à antecipação da entrada na etapa subsequente.
 - (B) ser vista como sujeito que será preparado, no primeiro ano, para os anos seguintes do Ensino Fundamental.
 - (C) ser alvo de exigências flexibilizadas, uma vez que a ela ainda não se aplicam as métricas voltadas ao ensino obrigatório.
 - (D) chegar preparada para o Ensino Fundamental, uma vez que essa é a principal missão da Educação Infantil.
 - (E) ter acesso a um ensino que amplie as possibilidades de aprendizagem, não reduzindo-as à alfabetização e ao letramento.

19. Com base no que afirma Sonia Kramer sobre a infância e sua singularidade (In: BRASIL. *Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade*), é correto afirmar que
- (A) a criança subverte a aparente ordem natural das coisas e estabelece uma relação crítica com a tradição.
 - (B) as crianças, por sua especificidade e pela inocência que lhe é constitutiva, formam uma comunidade isolada, independentemente de classes sociais.
 - (C) a noção de infância deve ser entendida como categoria da natureza humana, portanto inerente ao desenvolvimento do indivíduo de qualquer tempo e espaço.
 - (D) as crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos que, embora não produzam cultura, são nela produzidas.
 - (E) as crianças, numa sociedade desigual, desempenham, nos diversos contextos, papéis semelhantes.
20. Ao discutir a concepção histórico-cultural do desenvolvimento humano e refletir sobre suas implicações para a educação escolar, Lígia Márcia Martins (autora do capítulo *Psicologia Histórico-Cultural, Pedagogia Histórico-Crítica e Desenvolvimento Humano*. In: FACCI; ABRANTES; MARTINS. *Periodização Histórico-Cultural do Desenvolvimento Psíquico: do nascimento à velhice*) afirma que, de acordo com essa perspectiva,
- (A) não há diferenças qualitativas entre o ensino orientado por conceitos espontâneos e o ensino que visa à formação de conceitos científicos.
 - (B) a escolarização é uma das condições decisivas para o desenvolvimento da capacidade de abstração.
 - (C) a aprendizagem é um processo dinâmico e não mediado, cujo fator propulsor assenta-se nas apropriações efetivadas pelo sujeito que aprende.
 - (D) o percurso lógico do ensino deve reproduzir o percurso lógico da aprendizagem: do abstrato para o concreto; do geral para o particular.
 - (E) a aprendizagem escolar requalifica as funções cognitivas, sem com isso incidir na personalidade dos indivíduos, ou seja, em sua maneira de ser e operar no mundo.
21. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, vigente desde 2008, define como público-alvo da educação especial alunos
- (A) com deficiência física, intelectual, visual e/ou auditiva, a curto, médio e/ou longo prazo.
 - (B) com deficiência e outras dificuldades de aprendizagem decorrentes de causa orgânica e/ou social.
 - (C) em situação de exclusão escolar, seja decorrente de condições físicas, étnicas, de gênero e/ou econômicas.
 - (D) com necessidades educacionais especiais que ocasionem defasagem idade-série.
 - (E) com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
22. Em relação à educação inclusiva, segundo a perspectiva de Claudia Werneck (autora de *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*), é correto afirmar que inclusão e integração
- (A) não são sinônimos, pois a inclusão deve ser total e incondicional, cabendo à escola encontrar respostas educativas para as necessidades específicas de cada aluno, quaisquer que sejam elas.
 - (B) não são sinônimos, pois a inclusão questiona a integração irrestrita e prevê, em casos mais graves, o ensino a domicílio.
 - (C) são sinônimos, pois ambas são definidas como sistemas organizacionais que têm origem no princípio da normalização, mas admitem a exceção.
 - (D) são sinônimos, pois ambas têm como objetivo principal proporcionar ao aluno um ambiente o menos restritivo possível.
 - (E) são sinônimos, pois ambas determinam a diversificação no atendimento aos alunos que não conseguem acompanhar suas turmas devido às especificidades na adaptação ao modelo da escola.
23. Em relação à concepção de avaliação formativa, na perspectiva que compreende “ensinar, aprender e avaliar como processo único” (LUÍS, S. M. B. *De que avaliação precisamos em arte e educação física?* In: SILVA; HOFFMANN; ESTEBAN. *Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo*), é correto afirmar que
- (A) possui uma função corretiva.
 - (B) recusa a intenção dominante do avaliador.
 - (C) caracteriza-se pela interpretação subjetiva e pela não intervenção.
 - (D) prescinde de um exercício de metacognição.
 - (E) tem sua formatividade determinada pelo instrumento avaliativo adotado.
24. As Diretrizes Curriculares da Educação Básica Municipal de Jundiá, publicadas em 2016, explicitam a compreensão de que a educação abarca um compromisso social, um pacto em disseminar acesso aos bens culturais e aos conhecimentos sistematizados. Nessa perspectiva, em relação às diretrizes para a avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental, o documento
- (A) desaconselha a autoavaliação como instrumento avaliativo.
 - (B) fixa a prova escrita como instrumento avaliativo regular.
 - (C) prevê o portfólio como possibilidade de instrumento avaliativo.
 - (D) desaconselha a prova escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
 - (E) estabelece que registros de observação podem ser usados, mas não têm valor como instrumento avaliativo.

25. Em suas reflexões registradas no livro *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*, Miguel G. Arroyo discute o papel central da docência, bem como suas especificidades, imagens sociais e autoimagens, entre outros temas afins. Tendo em vista que o autor parte de uma perspectiva de renovação pedagógica voltada à pluralidade como condição para a educação integral, assinale a alternativa que apresenta uma asserção coerente com o que ele defende.
- (A) A organização do trabalho na base da regência de turmas não nos obriga a ter sensibilidade com a totalidade da vida dos educandos.
 - (B) A adequação da identidade profissional a uma função docente aberta à pluralidade é uma questão que se resolve com esclarecimento.
 - (C) Alargar a docência, no sentido de uma escola plural, implica secundarizar os conteúdos escolares.
 - (D) Todo profissional de ensino-aprendizagem de qualquer conteúdo esteve sempre e está a serviço de um ideal de ser humano.
 - (E) As tensões entre educar ou instruir, ser docente, professor ou educador são reais e explicitam uma cisão necessária para os rumos de nossa experiência profissional.
27. Em relação ao que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atualmente vigente (Lei nº 9.394/1996), assinale a alternativa correta.
- (A) A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.
 - (B) A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério darão preferência ao ensino presencial, em horário de serviço, evitando fazer uso de recursos e tecnologias de educação a distância.
 - (C) A formação inicial de profissionais de magistério poderá ser efetuada nas modalidades de ensino presencial ou a distância, indistintamente e sem grau de preferência.
 - (D) A formação inicial de profissionais de magistério deverá evitar a utilização de recursos e tecnologias de educação a distância.
 - (E) A formação inicial e a formação continuada de profissionais de magistério deverão prever, obrigatoriamente, percentual de atividades realizadas na modalidade presencial.
28. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), um dos principais dispositivos jurídicos de proteção das infâncias e juventudes do país, afirma que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação dos direitos previstos à criança e ao adolescente

CONHECIMENTOS DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

26. Em relação ao que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atualmente vigente (Lei nº 9.394/1996), assinale a alternativa correta.
- (A) A Educação Básica é obrigatória e gratuita dos 6 (seis) aos 17 (dezessete) anos de idade e se organiza em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
 - (B) É garantido aos alunos um ensino livre de posicionamentos ideológicos, lastreado na pluralidade e na diversidade de crenças de toda e cada família.
 - (C) Em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, mantém-se a obrigatoriedade da instrução em Língua Portuguesa, garantindo-se, em contextos específicos, o ensino de línguas indígenas e da Língua Brasileira de Sinais no contraturno escolar.
 - (D) Mediante requerimento prévio, é garantido aos alunos o direito de se ausentarem de prova ou aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de suas religiões, seja vedado o exercício de tais atividades.
 - (E) O ensino a distância é modalidade permitida a partir do ensino fundamental, desde que cumpridas todas as exigências na manutenção de polos e na execução do Plano Nacional de Ensino a Distância para o Ensino Fundamental.
29. A Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Entre as etapas da Educação Básica, são citados a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Entre as modalidades da Educação Básica expressas no documento, estão
- (A) a Educação de Jovens e Adultos, a Educação de Povos e Comunidades Tradicionais, a Educação Técnica e a Educação para as Novas Tecnologias.
 - (B) a Educação Inclusiva, a Educação a Distância, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação para as Novas Tecnologias.
 - (C) a Educação Especial, a Educação Profissional e Tecnológica, a Educação do Campo e a Educação Escolar Indígena.
 - (D) a Educação a Distância, a Educação Profissional e Tecnológica, a Educação Não Formal e a Educação Criativa.
 - (E) a Educação Criativa, a Educação a Distância, a Educação Básica do Campo e a Educação Quilombola.

30. A Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, diferencia a base nacional comum e a parte diversificada que devem compor o currículo da Educação Básica. De acordo com o que determina o documento, é correto afirmar que
- (A) a Língua Portuguesa, a Matemática e a Língua Estrangeira Moderna fazem parte da base nacional comum.
 - (B) a Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música, está incluída na parte diversificada.
 - (C) a Educação Física, o Ensino Religioso e a Educação Moral e Cívica fazem parte da base nacional comum.
 - (D) o Ensino Religioso, a Arte e a Língua Estrangeira Moderna estão incluídos na parte diversificada.
 - (E) o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena, fazem parte da base nacional comum.
31. A Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, afirma que a educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa. Em relação ao terceiro desses atributos, o referido documento afirma explicitamente que a equidade
- (A) reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.
 - (B) requer que sejam oferecidos mais recursos e melhores condições às escolas menos providas e aos alunos que deles mais necessitem.
 - (C) refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.
 - (D) alude à importância de tratar de forma igual o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis.
 - (E) exige políticas homogêneas que assegurem apoio equiparado aos diferentes grupos sociais, independentemente de situação de desvantagem na origem.
32. A Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Leia a seguir um excerto do documento.
- “É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, _____ horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a _____ horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.”
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do excerto.
- (A) quatro ... seis
 - (B) quatro ... sete
 - (C) cinco ... sete
 - (D) cinco ... seis
 - (E) três ... seis
33. De acordo com o capítulo IV da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), no que concerne especificamente à educação de alunos surdos, é incumbência do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar, entre outros,
- (A) a universalização das aulas de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para todas as comunidades escolares, sendo ministradas por professores – surdos ou ouvintes – proficientes nesta língua.
 - (B) a observância dos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, encerrando escolas e classes bilíngues, também chamadas de especiais, e garantindo a inclusão desse alunado em salas comuns.
 - (C) a formação de professores regentes e professores bilíngues para atuação em modelo de dupla docência, assegurando a todos os alunos o acesso ao conhecimento em suas primeiras línguas.
 - (D) a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
 - (E) a garantia do ensino da Escrita de Sinais (SignWriting) para alunos que tenham como L1 (primeira língua) línguas de modalidade visual-espacial, como a Libras, e do ensino de tópicos das culturas surdas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

34. Em conversa com o diretor de uma escola da rede pública de sua cidade, Sandra anotou uma série de informações sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) – recurso que busca para seu filho, um menino de 9 anos com Transtorno do Espectro Autista. Em suas anotações, listou a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 (que “institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial”), citada pelo diretor.

Assinale a alternativa que, a partir da leitura do documento, resulta correta.

- (A) Uma vez que o Transtorno do Espectro Autista não é considerado deficiência pela legislação vigente, o filho de Sandra não poderá frequentar a sala de recursos multifuncionais, sendo direcionado para salas de reforço pedagógico.
- (B) Se Sandra optar pelo Atendimento Educacional Especializado substitutivo à sala comum, seu filho cumprirá toda a carga horária letiva na sala de recursos multifuncionais, com uma equipe de professores especializados e profissionais de apoio.
- (C) Cumpre à gestão da escola zelar para que a matrícula do filho de Sandra no AEE não seja contabilizada duplamente, no âmbito do FUNDEB, onerando o orçamento público.
- (D) No início de cada semestre letivo, uma equipe de professores especialistas, em parecer conjunto com assistentes sociais, definirá quais conteúdos serão ou não estudados pelo filho de Sandra em sua sala regular.
- (E) Uma vez matriculado no AEE, o filho de Sandra não necessariamente o frequentará em sua própria escola, podendo ser atendido em outra unidade escolar ou em instituições conveniadas com a Secretaria de Educação.

35. A Lei nº 13.257, de 8 de maio de 2016, dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera documentos precedentes referentes ao tema. Leia a seguir um excerto do documento.

“Os programas de _____ voltados ao cuidado e educação na primeira infância deverão contar com _____, apoiados por medidas que assegurem sua permanência e formação continuada.”

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do excerto.

- (A) ensino domiciliar ... profissionais qualificados
- (B) ensino domiciliar ... pais e/ou responsáveis qualificados
- (C) visita domiciliar ... voluntários pré-cadastrados
- (D) visita domiciliar ... profissionais qualificados
- (E) internato ... profissionais qualificados

36. [...] o ensino de História no Brasil passou por várias transformações, que acompanharam, muitas vezes, as mudanças ocorridas na organização e nas propostas educacionais brasileiras. Assim, podem-se apontar, pelo menos, três fases características desse ensino: a fase que se pode denominar de ensino tradicional, a fase em que predominou o ensino de estudos sociais e a fase atual, de ensino da História.

(Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli, *Ensinar História*)

Assinale a alternativa que apresente corretamente a função do ensino de História na fase atual, segundo Schmidt e Cainelli.

- (A) Cabe ao conhecimento histórico escolar o estudo das origens, da genealogia das nações, além de objetivar a formação de um cidadão para a pátria e com o intuito de construir identidades nacionais.
- (B) A História escolar deve integrar o educando em um meio cada vez mais amplo, o estudo do passado pelo passado é essencial e a formação de cidadãos para a sociedade em desenvolvimento, democrática e industrial.
- (C) Ensinar História na escola pressupõe estudar os legados humanos, principalmente da civilização europeia, além do movimento de compreender a nação brasileira como fruto da integração entre três etnias: branca, indígena e negra.
- (D) Os conhecimentos históricos trabalhados na formação escolar devem se preocupar com a construção de uma cidadania patriótica e com a promoção de sujeitos preocupados com o desenvolvimento nacional.
- (E) O ensino de História deve contribuir para a construção da cidadania, a aquisição da capacidade de análise presente-passado e a apreensão da pluralidade de memórias, e não somente da memória nacional.

37. Alguns conceitos históricos podem ser considerados universais pois são válidos em diferentes momentos históricos, como monarquia, república, industrialização, constituição, cidade, família. Outros são mais específicos a um momento ou a um espaço determinado, como imigração e índios. Além dessa característica de universalidade, existem conceitos que se referem a fenômenos particulares ou únicos no tempo e no espaço, como bandeirismo e tropeirismo.

(Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli, *Ensinar História*)

Ainda sobre essa temática, na obra citada, as autoras mostram dois principais problemas na lida com conceitos no ensino de História. Assinale a alternativa que apresenta esses problemas.

- (A) A fluidez dos conceitos, em especial o de civilização, impele o professor de História a um trabalho pontual com os conceitos centrais da disciplina. A construção do processo histórico perde sentido e clareza quando são utilizados os conceitos estruturantes da História escolar.
- (B) Diferentes conceitos apresentam graduações de dificuldade de aprendizagem, tanto por seu nível de abstração como por seu afastamento do vivido ou das representações dos alunos. Todo conceito tem uma historicidade, isto é, seu significado deve ser compreendido no contexto em que foi produzido.
- (C) Ao se contrapor o conjunto de representações trazido pelos alunos e o uso dos conceitos, prevalece a manutenção das representações e os conceitos não são aprendidos. A presença da construção de conceitos em um curso de História pode gerar, por parte do aluno, uma leitura fragmentada da realidade.
- (D) Os conceitos são autônomos e, ao serem articulados com conceitos de outras áreas do conhecimento, perdem sua validade universal. O desenvolvimento intelectual e a cultura experimental dos alunos mostram que o trabalho com conceitos em sala de aula tem pouco utilidade.
- (E) A forte abstração dos conceitos exclusivos dos conhecimentos históricos desaconselha a sua utilização no Ensino Fundamental. Os conceitos referenciais para o ensino de História são originários de outros campos do conhecimento, o que pode gerar equívocos no seu uso.

38. [...] consiste em atribuir aos homens do passado nossas próprias razões ou sentimentos, interpretando a história em função de critérios inadequados, válidos para outras épocas. Trata-se, com efeito, de distorção grave, que implica explicações que comprometem totalmente a compreensão do processo histórico.

(BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional do Livro Didático – Guia de livros didáticos*. Brasília, 1999.
Apud Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli, *Ensinar História*)

É correto afirmar que, no excerto, há uma definição de

- (A) anacronismo.
- (B) etnocentrismo.
- (C) historicismo.
- (D) mentalidades.
- (E) aculturação.

39. [...] considero importante insistir em relação ao caráter multidimensional de uma prática avaliativa mediadora, em todas as disciplinas do currículo, apontando princípios que defendo [...]

(Jussara Hoffmann, O cenário da avaliação no ensino de Ciências, História e Geografia. Em: Janssen Felipe da Silva, Jussara Hoffmann e Maria Teresa Esteban (org.), *Práticas avaliativas e aprendizagens significativas*)

Assinale a alternativa que apresente um princípio de “uma prática avaliativa mediadora” defendido por Jussara Hoffmann.

- (A) Valorizar a capacidade de memória para informações relevantes e para a metodologia de resolução de problemas.
- (B) Acreditar que o processo de avaliação deve ser padronizado, evitando-se qualquer forma de diversificação.
- (C) Entender que valor e/ou qualidade da aprendizagem são parâmetros sempre subjetivos e arbitrários.
- (D) Conceber a avaliação como uma ferramenta essencial para a preparação dos alunos para o mundo do trabalho.
- (E) Reconhecer que os procedimentos avaliativos se constituem no momento mais importante do processo de aprendizagem.

40. O método orienta-se também para o atendimento da formação intelectual dos alunos. Um dos objetivos centrais dessa prática é o desenvolvimento da *capacidade de observação* do educando. A *observação* como procedimento de investigação em um estudo do meio é destacada por Lídia Possi: observação simples, observação participante e observação sistemática.

(Circe Maria Fernandes Bittencourt, *Ensino de História: fundamentos e métodos*)

Lídia Possi define a observação participante como

- (A) uma forma espontânea de observar, da mesma forma como o jornalista realiza o seu trabalho, com o intuito de reconhecer e reforçar no trabalho de campo o que foi aprendido em sala de aula.
- (B) uma metodologia ativa, de forte intervenção na realidade observável, na qual a observação deve ser centrada nas representações sociais em comum entre os observadores e os observados.
- (C) a que precisa ser realizada com planejamento prévio, demarcando os objetivos centrais, além do levantamento de hipóteses e a construção de instrumentos de observação para o registro de síntese sobre os dados obtidos.
- (D) a busca pelas fontes materiais, em especial, as construções, para que os observadores compreendam que, a partir desse procedimento, o passado pode ser plenamente resgatado.
- (E) um trabalho semelhante ao dos antropólogos, no qual o observador participa do grupo, para acesso a dados não perceptíveis, convivendo com as pessoas no cotidiano delas.

41. A *Escola dos Annales*, inaugurada por Marc Bloch e Lucien Febvre, centrou-se na produção da história-problema para fornecer respostas às demandas surgidas no tempo presente. [...]

O paradigma marxista desenvolvido paralelamente ao grupo dos *Annales* tem como princípio o caráter científico do conhecimento histórico [...].

Apesar das diferenças entre os marxistas e os adeptos dos *Annales*, Ciro Flamarion identifica as aproximações entre os dois grupos.

(Circe Maria Fernandes Bittencourt,
Ensino de História: fundamentos e métodos)

Para Ciro Flamarion, uma dessas aproximações representa

- (A) a concepção da prevalência da história das ideias sobre a questão econômica e não pensar a História como ciência.
- (B) o abandono da história centrada em fatos isolados e a tendência para a análise de fatos coletivos e sociais.
- (C) o foco na história da gênese das nações e o reconhecimento da superioridade da documentação escrita sobre as outras formas.
- (D) a defesa de que a recuperação do passado não importa para o tempo presente e que as mudanças sociais ocorrem pela ação individual.
- (E) a percepção de que a história das sociedades pode ser lida pelos modos de produção e a valorização do cultural sobre o econômico.

42. A década de [19]60 testemunhou os esforços mais importantes de reforma agrária na América Latina. Doze países puseram em prática medidas de reforma agrária nessa década [...]

(Norman Long, *As estruturas agrárias da América latina, 1930-1990*.
Em: Leslie Bethell (org) *História da América Latina: a América Latina após 1930*)

Para Norman Long, o número expressivo de reformas agrárias foi uma resposta

- (A) às exigências do Banco Mundial e do FMI para que as nações subdesenvolvidas planejassem transformações econômicas a partir do chamado “capitalismo inclusivo”, pelo qual se combateria a miséria latino-americana.
- (B) ao desafio da OMC e do Mercado Comum Europeu para que as nações do Terceiro Mundo optassem por um desenvolvimento rápido e consistente, por meio das exportações de matérias-primas e importação de capitais.
- (C) às pressões da OEA, a partir das lideranças do Brasil e da Argentina, no sentido que reformas estruturais eram necessárias e possíveis e que tal processo precisava ser iniciado com uma efetiva reforma agrária.
- (D) às expectativas despertadas pela Revolução Cubana e em obediência à Carta de Punta del Leste de 1961, que entendia que, para evitar outras revoluções na América Latina, seriam necessárias reformas progressistas.
- (E) aos apelos das deliberações da Conferência de Bandung, realizada em 1955, que consideravam que a superação do subdesenvolvimento dependia de políticas públicas que mantivessem as pessoas vivendo e produzindo no campo.

43. [...] na conjuntura dos anos 1926 a 1961, o Ato Colonial de 1930, no qual Salazar, então ministro das Colônias, teve importante papel ao marcar a política da ditadura militar com a reafirmação oficial da vocação colonizadora do país. Corroborando os princípios básicos estabelecidos desde 1926, o referido ato foi uma espécie de Constituição para os territórios ultramarinos, contendo o Estatuto dos Indígenas, incorporado em 1933, como apêndice da Carta Orgânica do Império Colonial Português. [...]

O artigo 2º definia que os territórios ultramarinos pertenciam à *essência orgânica da Nação Portuguesa* contendo, portanto, a ideia de que era sua missão histórica “possuir e civilizar” as populações “indígenas”. [...]

[...] como eram definidos os “indígenas”? Considera-se “indígena” todo indivíduo da raça negra ou que dela descendesse, cujos usos e costumes fossem comuns àquela raça e que não tivesse “evoluído” para a categoria de assimilado.

(Leila Leite Hernandez, *A África na sala de aula: visita à História Contemporânea*)

No contexto apresentado, para que um sujeito fosse “elevado” à categoria de assimilado, havia a condição, entre outras, desse sujeito

- (A) demonstrar publicamente que reconhecia a superioridade da civilização portuguesa em relação aos espaços coloniais, além de ter que morar em Portugal, mesmo por um breve período.
- (B) aderir a alguma religião fundamentada no cristianismo, mesmo que não fosse o catolicismo, e ter a formação escolar básica, ainda que a aprendizagem da língua portuguesa fosse facultativa.
- (C) ter nascido em Portugal ou em alguma colônia portuguesa e obter a sobrevivência material por meio de atividades consideradas superiores, como aquelas que dependiam da formação técnica ou superior.
- (D) ter ascendência portuguesa de ao menos duas gerações, ter a formação completa da escolaridade básica, além de possuir meios necessários para a sua subsistência obtidos pela atividade empresarial.
- (E) ser capaz de ter pleno uso dos direitos civis e políticos inerentes aos cidadãos portugueses, ou seja, tinha que provar ter deixado seus usos e costumes, demonstrando conhecimentos de outros, próprios da cultura portuguesa.

44. Ao longo dos anos, [na sociedade das Minas Gerais], houve intensa mestiçagem de raças, cresceu a proporção de mulheres, que em 1776 era de cerca de 38% do total, e ocorreu um fenômeno cuja interpretação é um ponto de controvérsia entre os historiadores: o grande número de alforrias, ou seja, de libertação de escravos. Para se ter uma ideia da sua extensão, enquanto nos anos 1735-1749 os libertos representavam menos de 1,4% da população de descendência africana, em torno de 1786 passaram a ser 41,4% dessa população e 34% do número total de habitantes da capitania.

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

Para Boris Fausto, a hipótese mais provável que explica esse número expressivo de alforrias relaciona-se

- (A) às dificuldades para a manutenção do tráfico negreiro, que passou a ser combatido por vários povos africanos e, principalmente, pela Grã-Bretanha.
- (B) às novas leis portuguesas, que garantiam ao escravizado o direito de comprar a sua liberdade, ainda que o seu proprietário não desejasse vendê-lo.
- (C) à progressiva decadência da mineração, que tornou desnecessária ou impossível para muitos proprietários a posse de escravizados.
- (D) ao início do tráfico interno de escravizados, que transferia mão de obra compulsória da região das Minas Gerais para a produção de café no Rio de Janeiro.
- (E) ao desenvolvimento de novas técnicas para a exploração aurífera, o que diminuiu, sensivelmente, a necessidade de mão de obra.

45. Passando para o campo da política econômica, seria equivocado pensar que tudo mudou após 1964. Permaneceu o princípio da forte presença do Estado na atividade econômica e na regulação da economia. Esse traço não foi sempre igual, variando com os governos, sendo por exemplo mais típico do governo Geisel do que de Castelo Branco. Mas, se nem tudo mudou, muita coisa mudou. O modelo que se esboçara no período Juscelino tomou ampla dimensão.

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

Assinale a alternativa que caracterize corretamente a política econômica do Regime Militar (1964-1985).

- (A) Os empréstimos externos e o estímulo ao ingresso do capital estrangeiro tornaram-se elementos essenciais para financiar e promover o desenvolvimento econômico. Esse modelo – chamado de desenvolvimento associado – privilegiou as grandes empresas, certamente as multinacionais, mas também as nacionais, tanto públicas como privadas.
- (B) Prevaleceu a concepção dos planejadores e economistas ligados à CEPAL, que preconizava que o progresso econômico dependia da capacidade nacional em desenvolver uma indústria de base. O financiamento dos investimentos em infraestrutura dependeu da tributação das exportações de commodities.
- (C) A entrada de recursos externos sofreu considerável controle por parte do Banco Central, interessado nos capitais produtivos e não naqueles voltados à especulação financeira. A produção de bens de consumo duráveis dirigiu-se às classes mais pobres, beneficiadas com a progressiva valorização real do salário mínimo.
- (D) A defesa da empresa nacional efetivou-se por meio de uma rigorosa legislação de controle sobre a remessa de lucros das empresas multinacionais. Optou-se por um processo de reformas estruturais com o intuito do rápido desenvolvimento e da ampla inclusão dos setores mais pobres aos ganhos desse desenvolvimento.
- (E) O combate ao recorrente processo inflacionário foi realizado por meio da abertura da economia aos investimentos externos dirigidos à produção de bens de consumo duráveis, voltados para as classes populares. O aumento da produtividade industrial era recompensado com reajustes salariais periódicos.

46. Devemos retornar da economia para a política do “socialismo realmente existente”, pois a política, tanto a alta quanto a baixa, é que iria provocar o colapso eurosoviético de 1989-91.

Politicamente, a Europa Oriental era o calcanhar de Aquiles do sistema soviético. Após a Primavera de Praga, ficou claro que os regimes satélites comunistas haviam perdido legitimidade como tal na maior parte da região. Tinham sua existência mantida por coerção do Estado, apoiado pela ameaça de intervenção soviética. Com uma exceção, nenhuma forma séria de oposição política organizada ou qualquer outra era possível. Na Polônia, a conjunção de três fatores produziu essa possibilidade.

(Eric Hobsbawm, *Era dos extremos*. Adaptado)

Sobre esses três fatores, é correto afirmar:

- (A) a indústria bélica tinha uma produção equivalente à da URSS; houve uma série de reformas econômicas e políticas, que aumentaram a gama de liberdades, além das melhorias gerais nas condições de vida; o país deixou de participar do Comecon após a Revolução Húngara de 1956 e começou a comercializar com algumas nações da Europa ocidental.
- (B) o progresso nos setores da inovação tecnológica e das pesquisas foi notável e se encaminhava para quebrar a hegemonia soviética nesses setores; a renda per capita do país era maior entre os chamados satélites da URSS; a Igreja Ortodoxa polonesa aliou-se aos principais líderes sindicais, especialmente após a recusa do país em integrar o Pacto de Varsóvia.
- (C) o apoio político e material recebido da oposição, baseada na URSS, ao governo do Kremlin; o forte desenvolvimento da economia, principalmente no ramo dos serviços e do setor financeiro; a defesa da autonomia do país feita pelos partidos comunistas de nações da Europa ocidental, caso da Itália e da França, no contexto do chamado Eurocomunismo.
- (D) a opinião pública do país estava esmagadoramente unida não apenas pela antipatia ao regime, mas por um nacionalismo anti-russo e conscientemente católico romano; a Igreja retinha uma organização independente nacional; a classe operária demonstrara seu poder político com greves maciças, em intervalos, desde meados da década de 1950.
- (E) o tradicional constitucionalismo do país impediu que a ação do Estado impusesse restrições às liberdades individuais; o desenvolvimento econômico sustentável acentuou-se mesmo com as crises do petróleo da década de 1970; a organização sindical dos trabalhadores, em dimensão nacional, contribuiu para aumentar o poder dessa classe.

47. [...] na URSS, o historiador do Partido Comunista passou a ter uma função similar a dos teólogos do Islã ou da Cristandade: seus ensinamentos têm por objetivo reforçar e engrandecer as instituições existentes. Evidentemente, essa função não é apanágio do regime soviético, mas seus dirigentes, a começar por Stálin, levaram-na a limites extremos, transformando e desfigurando o passado ao sabor dos desejos caprichosos da linha política, encoberta sob o nome de necessidades da História que está por ser feita.

(Marc Ferro, *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*)

Segundo Marc Ferro, no contexto apresentado, a desfiguração do passado pode ser verificada quando

- (A) as principais diretrizes econômicas do czarismo foram ignoradas ou subestimadas, decorrendo dessa leitura do passado a compreensão de que a origem da indústria russa esteve ligada aos Planos Quinquenais da Era Stalinista.
- (B) a ação atribuída aos adversários do Partido Bolchevique, caso dos mencheviques, sociais-revolucionários, anarquistas, às vezes é visivelmente contrária à verdade, e isso se tornou ainda mais caricatural quando se trata de Leon Trotsky.
- (C) as lideranças do Partido Comunista da URSS após a Era Stalinista, em plena Guerra Fria, disseminam a ideia de que os descaminhos revolucionários derivavam de uma série de erros políticos de Lênin.
- (D) os líderes históricos da Revolução de Outubro, Zinoviev e Kamenev, foram acusados, pelos aliados de Trotsky, de negociar uma paz em separado com a Alemanha nazista, às vésperas da Segunda Guerra.
- (E) o papel das três principais lideranças da Revolução de Outubro – Lênin, Trotsky e Stálin – é colocado como secundário para o sucesso revolucionário, além de atribuir aos mencheviques a burocratização do Estado soviético.

48. As funções do Estado desagregavam-se em concessões verticais sucessivas, e a cada nível estavam integradas as relações econômicas e políticas. Essa parcelarização da soberania seria constitutiva de todo o modo de produção feudal.

Decorriam dela três características estruturais do feudalismo ocidental, todas de importância fundamental em sua dinâmica.

(Perry Anderson, *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*)

Entre essas “três características estruturais do feudalismo ocidental”, é correto apontar para

- (A) o fenômeno das cidades modelares medievais na Europa Ocidental, que praticavam o comércio e as manufaturas e eram comunidades autogovernadas, tendo uma autonomia incorporada política e militar isolada da Igreja e da nobreza.
- (B) a incompatibilidade da existência de terras aldeãs comunais e lotes camponeses alodiais, próprios do modo de produção pré-feudal, e a supressão do trabalho livre e do escravo, com a generalização das relações servis de produção.
- (C) a constituição da soberania política do monarca baseada na tradição e na arrecadação de tributos em escala nacional, ainda que a maior parte dos rendimentos reais advinha da exploração dos seus domínios.
- (D) a existência de uma burocracia numerosa e complexa espalhada pela Europa, que tinha a presença de nobres e de homens livres sem domínios feudais, possuidora de amplos poderes espirituais e seculares.
- (E) a universalização das relações de suserania e vassalagem, que envolveu todos os estamentos e foi fundamental para a manutenção do poder absoluto do rei em várias regiões europeias, como na França e na Inglaterra.

49. O presente estudo tem como objetivo colocar em perspectiva histórica a relação entre o início do capitalismo, exemplificado pela Grã-Bretanha, e o tráfico negreiro, a escravidão negra e o comércio colonial geral dos séculos XVII e XVIII.

(Eric Williams, *Capitalismo e escravidão*)

Assinale a alternativa que apresente corretamente uma das principais conclusões da obra citada.

- (A) O avanço do capitalismo industrial britânico não foi, em essência, tributário da exploração colonial americana e do tráfico negreiro, porque a acumulação primitiva do capital teve origem na exploração colonial da Índia, por meio da imposição do monopólio da produção algodoeira e da venda de industrializados para os indianos.
- (B) O pequeno envolvimento britânico nas várias facetas do tráfico negreiro, permitiu que os investimentos nacionais se voltassem para o desenvolvimento da infraestrutura industrial, com apoio decisivo para o aprimoramento de técnicas e as pesquisas acadêmicas sobre novos materiais.
- (C) O capitalismo mercantil do século XVIII desenvolveu a riqueza da Europa por meio da escravidão e do monopólio, mas, com isso, ajudou a criar o capitalismo industrial do século XIX, que se virou e destruiu a força motriz do capitalismo mercantil, a escravidão, e todo o seu funcionamento.
- (D) O capitalismo industrial tinha condições tecnológicas para se desenvolver desde o século XVI, mas esse processo foi retardado em razão dos enormes investimentos realizados pelas metrópoles europeias nos espaços coloniais americanos e na opção pela mão de obra compulsória, que tem uma baixa produtividade.
- (E) Os britânicos, desde o século XVII, voltaram a sua economia para o transporte de mercadorias entre as colônias, na América e África, e as outras metrópoles europeias e, para isso, fizeram investimentos em escala nacional na sua marinha mercante e tiveram pouca ligação com o tráfico negreiro.

50. Seguindo a moderna terminologia, a atual Constituição brasileira, pela primeira vez, adota a denominação “patrimônio Cultural” e no seu artigo 216, Seção II – DA CULTURA, conceitua o que se entende por essa expressão [...]

(Ricardo Oriá, Memória e ensino de História.

Em: Circe Bittencourt (org.), *O saber histórico na sala de aula*)

Segundo esse artigo constitucional, o patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos bens

- (A) materiais e imateriais, que estejam relacionados com reconhecidos eventos históricos brasileiros e com importantes atos cívicos consubstanciados por personagens históricos.
- (B) e manifestações que representem a verdadeira memória e história do Brasil, a partir de um passado que reconheça os grandes feitos da nação e dos seus principais personagens.
- (C) e construções com valor histórico reconhecido pela história oficial do Brasil, conforme recomendação das universidades públicas e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- (D) de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
- (E) que representem a harmônica formação histórica, social e racial do Brasil, destacando as personagens centrais no processo histórico, como as lideranças políticas e revolucionárias.

